



**SICOOB CENTRAL  
UNIMAIS**

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**31/12/2020**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB UNIMAIS, na forma da legislação em vigor.

## 1. Política operacional

Em 2020 o SICOOB CENTRAL UNIMAIS completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

## 2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CENTRAL UNIMAIS obteve um resultado negativo de R\$ 1.484.666,44.

## 3. Ativos

Os recursos em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 550.192.794,46. Por sua vez a carteira de créditos estava com saldo de R\$ 5.940.000,00, líquida de provisão.

## 4. Patrimônio de referência

Em 31/12/2020 o patrimônio de referência do SICOOB CENTRAL UNIMAIS é de R\$ 22.256.648,56. O quadro de cooperados é composto por 4 filiadas.

## 5. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "B".

## 6. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da central tem na assembleia geral, que é a reunião de todos as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

Os balanços da central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 7. Conselho fiscal

Eleito a cada dois anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 8. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL UNIMAIS aderiram, em 2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na central, assumem o mesmo compromisso.

No Exercício de 2020, a ouvidoria da Central Sicoob Unimais, não registrou nenhuma manifestação de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

# COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nr.º 73.085.573/0001-39

BALANÇO PATRIMONIAL em 31/12/2020 e 31/12/2019 em R\$

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>581.771.984,35</b>	<b>498.779.802,43</b>
<b>Circulante</b>		<b>439.882.763,47</b>	<b>434.477.234,91</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	4	<b>4.158,00</b>	<b>4.158,00</b>
Disponibilidades		4.158,00	4.158,00
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>433.572.145,68</b>	<b>420.040.470,81</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	192.686.853,59	182.052.836,03
Títulos e Valores Mobiliários	6	240.885.292,09	237.987.634,78
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>5.940.000,00</b>	<b>14.026.324,52</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		6.000.000,00	14.026.456,80
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(60.000,00)	(132,28)
<b>Outros Créditos</b>	8	<b>245.983,05</b>	<b>245.398,94</b>
Diversos		80.557,67	245.173,31
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		165.425,38	225,63
<b>Outros Valores e Bens</b>	9	<b>120.476,74</b>	<b>160.882,64</b>
Outros Valores e Bens		-	12.761,31
Despesas Antecipadas		120.476,74	148.121,33
<b>Não Circulante</b>		<b>141.889.220,88</b>	<b>64.302.567,52</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>117.925.394,20</b>	<b>50.761.207,32</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>116.620.648,78</b>	<b>49.480.125,16</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	116.620.648,78	19.602.278,51
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	29.877.846,65
<b>Outros Créditos</b>	8	<b>1.304.745,42</b>	<b>1.281.082,16</b>
Devedores por Depósitos em Garantia		1.304.745,42	1.281.082,16
<b>Permanente</b>		<b>23.963.826,68</b>	<b>13.541.360,20</b>
<b>Investimentos</b>	10	<b>22.054.921,85</b>	<b>10.997.368,22</b>
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	10.a	18.497.209,68	7.439.656,05
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		3.210.510,72	3.210.510,72
Outras Participações		347.201,45	347.201,45
<b>Imobilizado de Uso</b>	11	<b>1.891.449,58</b>	<b>2.501.755,11</b>
Imobilizado de Uso		3.353.044,50	4.597.623,26
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.461.594,92)	(2.095.868,15)
<b>Intangível</b>	12	<b>17.455,25</b>	<b>42.236,87</b>
Ativos Intangíveis		122.344,46	727.717,65
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(104.889,21)	(685.480,78)
<b>Total do Ativo</b>		<b>581.771.984,35</b>	<b>498.779.802,43</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>544.817.442,44</b>	<b>472.252.035,27</b>
<b>Circulante</b>		<b>544.556.064,62</b>	<b>472.242.835,27</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>	13	<b>543.274.276,83</b>	<b>470.767.168,82</b>
Centralização Financeira - Cooperativas		543.274.276,83	470.767.168,82
<b>Outras Obrigações</b>	14	<b>1.281.787,79</b>	<b>1.475.666,45</b>
Sociais e Estatutárias	14.1	604.812,02	244.505,80
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.2	271.821,53	99.573,03
Diversas	14.3	405.154,24	1.131.587,62
<b>Não Circulante</b>		<b>261.377,82</b>	<b>9.200,00</b>
Diversas	14.3	261.377,82	9.200,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>36.954.541,91</b>	<b>26.527.767,16</b>
<b>Capital Social</b>	16	<b>35.986.671,99</b>	<b>23.029.062,87</b>
De Domiciliados No País	16.a	35.986.671,99	23.029.062,87
<b>Reserva de Capital</b>	16.b	-	<b>2.722.773,49</b>
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>664.055,42</b>	<b>664.055,42</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	16.e	<b>303.814,50</b>	<b>111.875,38</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>581.771.984,35</b>	<b>498.779.802,43</b>

# COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nr.º 73.085.573/0001-39

## DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS em R\$

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>	18	<b>7.090.162,75</b>	<b>14.005.131,81</b>	<b>15.115.814,29</b>	<b>32.968.739,42</b>
Operações de Crédito		89.262,62	195.115,80	83.427,74	523.834,24
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.211.993,93	8.167.832,55	7.845.071,11	17.365.522,47
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		3.788.906,20	5.642.183,46	7.187.315,44	15.079.382,71
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>		<b>(7.568.283,29)</b>	<b>(14.335.883,13)</b>	<b>(15.006.660,55)</b>	<b>(32.017.345,98)</b>
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(7.508.283,29)	(14.276.015,41)	(15.012.819,21)	(32.312.578,58)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	19	(60.000,00)	(59.867,72)	6.158,66	295.232,60
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>(478.120,54)</b>	<b>(330.751,32)</b>	<b>109.153,74</b>	<b>951.393,44</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(1.578.723,01)</b>	<b>(1.393.935,15)</b>	<b>(2.017.561,34)</b>	<b>(793.039,60)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		93.504,48	123.752,98	40.122,89	111.862,64
Rendas (Ingressos) de Tarifas		10.000,00	16.000,00	7.000,00	12.000,00
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	20	(1.729.169,04)	(3.327.530,19)	(1.803.434,85)	(4.190.203,30)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(1.456.017,84)	(2.982.176,92)	(1.477.283,23)	(3.034.994,40)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	22	(35.312,79)	(83.553,20)	(51.129,86)	(99.645,47)
Resultado de participações em coligadas e controladas		195.930,61	195.930,61	-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	1.612.105,62	4.933.422,88	2.324.031,06	7.697.148,08
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(269.764,05)	(269.781,31)	(1.056.794,81)	(1.289.134,61)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-	(72,54)	(72,54)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(2.056.843,55)</b>	<b>(1.724.686,47)</b>	<b>(1.908.407,60)</b>	<b>158.353,84</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>		<b>299,02</b>	<b>407.537,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens	25	299,02	407.537,71	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>(2.056.544,53)</b>	<b>(1.317.148,76)</b>	<b>(1.908.407,60)</b>	<b>158.353,84</b>
Imposto de Rendas		(914,00)	(94.604,86)	(3.046,34)	(4.116,50)
Contribuição Social		(8.621,51)	(72.912,82)	(3.173,28)	(4.458,02)
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>(2.066.080,04)</b>	<b>(1.484.666,44)</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>149.779,32</b>
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>2.475.929,66</b>	<b>-</b>	<b>(37.903,94)</b>
FATES		-	(315.937,59)	-	(24.742,13)
Reserva Legal		-	-	-	(13.161,81)
Outras Destinações Estatutárias		-	2.791.867,25	-	-
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>(2.066.080,04)</b>	<b>991.263,22</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>111.875,38</b>
Juros ao Capital	27	(687.448,72)	(687.448,72)	-	-
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>(2.753.528,76)</b>	<b>303.814,50</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>111.875,38</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nr.º 73.085.573/0001-39  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem 2020	12/2020	2º Sem 2019	12/2019
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>	<b>(1.378.631,32)</b>	<b>(797.217,72)</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>149.779,32</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(1.378.631,32)</b>	<b>(797.217,72)</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>149.779,32</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nr.º 73.085.573/0001-39

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital	Reserva Legal	Expansão		
	Capital Subscrito				
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>21.810.182,76</b>	<b>650.893,61</b>	<b>2.541.321,22</b>	<b>91.727,16</b>	<b>25.094.124,75</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao FATES	-	-	-	(91.727,16)	(91.727,16)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	-	-	181.452,27	-	181.452,27
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	3.835.886,60	-	-	-	3.835.886,60
Por Devolução (-)	(2.617.006,49)	-	-	-	(2.617.006,49)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	-	-	-	<b>149.779,32</b>	<b>149.779,32</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					
Fundo de Reserva	-	13.161,81	-	(13.161,81)	-
FATES	-	-	-	(24.742,13)	(24.742,13)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>23.029.062,87</b>	<b>664.055,42</b>	<b>2.722.773,49</b>	<b>111.875,38</b>	<b>26.527.767,16</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao FATES	-	-	-	(111.875,38)	(111.875,38)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	-	-	(2.722.773,49)	2.791.867,25	69.093,76
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	12.270.160,40	-	-	-	12.270.160,40
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	-	-	-	<b>(1.484.666,44)</b>	<b>(1.484.666,44)</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>					
Juros ao Capital	687.448,72	-	-	(687.448,72)	-
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					
FATES	-	-	-	(315.937,59)	(315.937,59)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>35.986.671,99</b>	<b>664.055,42</b>	<b>-</b>	<b>303.814,50</b>	<b>36.954.541,91</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>19.193.176,27</b>	<b>650.893,61</b>	<b>2.541.321,22</b>	<b>2.064.406,54</b>	<b>24.449.797,64</b>
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	-	-	181.452,27	-	181.452,27
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	3.835.886,60	-	-	-	3.835.886,60
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	-	-	-	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>(1.914.627,22)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					
Fundo de Reserva	-	13.161,81	-	(13.161,81)	-
FATES	-	-	-	(24.742,13)	(24.742,13)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>23.029.062,87</b>	<b>664.055,42</b>	<b>2.722.773,49</b>	<b>111.875,38</b>	<b>26.527.767,16</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>23.029.062,87</b>	<b>664.055,42</b>	<b>2.763.165,26</b>	<b>693.288,98</b>	<b>27.149.572,53</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao FATES	-	-	-	(111.875,38)	(111.875,38)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	-	-	(2.763.165,26)	2.791.867,25	28.701,99
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	12.270.160,40	-	-	-	12.270.160,40
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>	-	-	-	<b>(2.066.080,04)</b>	<b>(2.066.080,04)</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>					
Juros ao Capital	687.448,72	-	-	(687.448,72)	-
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					
FATES	-	-	-	(315.937,59)	(315.937,59)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>35.986.671,99</b>	<b>664.055,42</b>	<b>-</b>	<b>303.814,50</b>	<b>36.954.541,91</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nr.º 73.085.573/0001-39  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>	<b>(2.066.080,04)</b>	<b>(1.484.666,44)</b>	<b>(1.914.627,22)</b>	<b>149.779,32</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(491.013,10)	-	(883.851,82)
Resultado de Equivalência Patrimonial	195.930,61	195.930,61	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	60.000,00	59.867,72	(6.158,66)	(295.232,60)
Atualização de Depósitos em Garantia	(12.644,25)	(23.663,26)	(23.262,36)	(373.347,31)
Depreciações e Amortizações	330.028,20	646.943,52	330.756,37	659.404,88
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>	<b>(1.492.765,48)</b>	<b>(1.096.600,95)</b>	<b>(1.613.291,87)</b>	<b>(743.247,53)</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.720.910,90)	(107.652.387,83)	93.124.334,62	85.482.569,18
Títulos e Valores Mobiliários	(44.232.320,36)	26.980.189,34	5.881.984,41	(3.996.759,23)
Operações de Crédito	(6.000.000,00)	8.026.456,80	(12.383.905,24)	1.304.396,08
Outros Créditos	415.528,26	(584,11)	619.167,29	2.009.088,35
Outros Valores e Bens	30.300,49	40.405,90	6.854,98	57.736,24
Relações Interfinanceiras	51.899.538,66	72.507.108,01	(90.078.014,54)	(79.854.964,84)
Outras Obrigações	10.535,33	225.816,84	713.294,70	(5.267.198,74)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	(111.875,38)	(111.875,38)	-	(91.727,16)
FATES Sobras Exercício	(315.937,59)	(315.937,59)	(24.742,13)	(24.742,13)
Imposto de Renda	(914,00)	(94.604,86)	(3.046,34)	(4.116,50)
Contribuição Social	(8.621,51)	(72.912,82)	(3.173,28)	(4.458,02)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>	<b>(1.527.442,48)</b>	<b>(1.564.926,65)</b>	<b>(3.760.537,40)</b>	<b>(1.133.424,30)</b>
Recebimento Dividendos	-	491.013,10	-	883.851,82
Aquisição de Intangível	(0,00)	(2.285,12)	3.362,19	(21.556,41)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.977,43)	(9.571,25)	(69.513,10)	(69.513,10)
Aquisição de investimentos	(10.762.442,48)	(11.253.484,24)	(191.028,71)	(1.146.948,60)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(10.771.419,91)</b>	<b>(10.774.327,51)</b>	<b>(257.179,62)</b>	<b>(354.166,29)</b>
Aumento por Novos Aportes de Capital	12.270.160,40	12.270.160,40	3.835.886,60	3.835.886,60
Devolução de Capital à Cooperados	-	-	-	(2.617.006,49)
Reversão de Reserva de Expansão	28.701,99	69.093,76	181.452,27	181.452,27
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>12.298.862,39</b>	<b>12.339.254,16</b>	<b>4.017.338,87</b>	<b>1.400.332,38</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(378,15)</b>	<b>(87.258,21)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.158,00	4.158,00	4.536,15	91.416,21
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.158,00	4.158,00	4.158,00	4.158,00
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(378,15)</b>	<b>(87.258,21)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS** - é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em **29/06/1993**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por intermédio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

#### 1.1 Situação especial

Em **2020**, a **SICOOB UNIMAIS**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a filiação de mais uma cooperativa - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SICOOB CIRCUITO DAS AGUAS - que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da cooperativa realizada em 30/11/2020. A filiação da cooperativa foi aprovada pelo Conselho de Administração da Central a partir de 1º de dezembro de 2020.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19 de fevereiro de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **f) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **h) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Representados substancialmente por ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **j) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **m) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**o) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**p) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**q) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**r) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**s) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**t) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

**u) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**v) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**, exceto para filiações de cooperativas singulares ocorridas, aprovadas pelo Conselho de Administração, que não originaram ajustes, apenas divulgação, destacada nota 32.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	4.158,00	4.158,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.158,00</b>	<b>4.158,00</b>

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações operações compromissadas (a)	-	71.914.654,90	60.061.212,02	19.602.278,51
Aplicações depósitos interfinanceiros (b)	192.686.853,59	44.705.993,88	121.991.624,01	-
<b>TOTAL</b>	<b>192.686.853,59</b>	<b>116.620.648,78</b>	<b>182.052.836,03</b>	<b>19.602.278,51</b>

(a) - Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 100% do CDI.

(b) - Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 100% e 105% do CDI.

#### 6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	107.456.727,33	-	11.830.690,88	-
Cotas de Fundos de Investimento	133.428.564,76	-	226.156.943,90	-



Vinculados a Prestação de Garantias	-	-	-	29.877.846,65
<b>TOTAL</b>	<b>240.885.292,09</b>	<b>-</b>	<b>237.987.634,78</b>	<b>29.877.846,65</b>

## 7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos	6.000.000,00	14.026.456,80
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>14.026.456,80</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(60.000,00)	(132,28)
<b>TOTAL</b>	<b>5.940.000,00</b>	<b>14.026.324,52</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	-	-	-	14.000.000,00	-
A	0,50%	Normal	-	-	-	26.456,80	(132,28)
B	1%	Normal	6.000.000,00	6.000.000,00	(60.000,00)	-	-
<b>Total Normal</b>			<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>(60.000,00)</b>	<b>14.026.456,80</b>	<b>(132,28)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>(60.000,00)</b>	<b>14.026.456,80</b>	<b>(132,28)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(60.000,00)</b>	<b>(60.000,00)</b>		<b>(132,28)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>5.940.000,00</b>	<b>5.940.000,00</b>		<b>14.026.324,52</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	De 91 a 360	Total
Empréstimos	6.000.000,00	6.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	31/12/2020	% da Carteira
Outros	6.000.000,00	6.000.000,00	100%
<b>TOTAL</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(132,28)	(295.364,88)
Constituições	(120.000,00)	(6.357,12)
Reversões	60.132,28	301.589,72
<b>TOTAL</b>	<b>(60.000,00)</b>	<b>(132,28)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	6.000.000,00	100,00%	14.000.000,00	99,81%
10 Maiores Devedores	6.000.000,00	100,00%	14.026.456,80	100,00%

## 8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Diversos</b>				
Adiantamentos e antecipações salariais	18.871,58	-	29.700,33	-



Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	6.751,07	-	144.488,24	-
Devedores por depósitos em garantia (a)	-	1.304.745,42	-	1.281.082,16
Impostos e contribuições a compensar	165.398,23	-	40,20	-
Imposto de renda a recuperar	27,15	-	185,43	-
Pagamentos a ressarcir	-	-	17.235,64	-
Devedores diversos – país (b)	54.935,02	-	53.749,10	-
<b>TOTAL</b>	<b>245.983,05</b>	<b>1.304.745,42</b>	<b>245.398,94</b>	<b>1.281.082,16</b>

(a) Devedores por depósitos em garantia refere-se a saldo de depósitos judiciais de PIS no valor de R\$ 123.873,79 e CSLL no valor de R\$ 1.180.871,63.

(b) Refere-se a valores a receber das cooperativas filiadas inerentes ao rateio das despesas da Central, e valores pagos por esta que devem ser apropriados na despesa das singulares.

## 09. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio	-	12.761,31
Despesas Antecipadas (a)	120.476,74	148.121,33
<b>TOTAL</b>	<b>120.476,74</b>	<b>160.882,64</b>

(a) Trata-se fr prêmios de seguros, cheque caução, processamento de dados e outros.

## 10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito – Bancoob (a)	18.497.209,68	7.439.656,05
Sicoob Confederação	3.210.510,72	3.210.510,72
Outras Participações – CNAC	334.701,45	334.701,45
Investimentos em empresas de seguro	12.500,00	12.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.054.921,85</b>	<b>10.997.368,22</b>

a) Abaixo apresentamos a movimentação:

Bancoob	31/12/2020	31/12/2019
Capital inicial	7.439.656,05	6.560.656,53
Integralização	491.041,76	878.999,52
Transferência de Ações Sicoob Unimais – CA 0463/20	10.370.581,26	-
MEP Acordo dos Acionistas Cfe. CCI 550/2020	195.930,61	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.497.209,68</b>	<b>7.439.656,05</b>

## 11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações (a)	10%	-	704.932,52
(-) Depreciação Acumulada de Instalações (a)		-	(686.199,69)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	812.923,34	904.989,82
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(350.831,35)	(350.030,05)
Sistema de Comunicação	20%	26.959,55	33.540,93
Sistema de Processamento de Dados	20%	312.953,10	756.702,48
Sistema de Segurança	10%	-	5.243,00
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros (a)		2.200.208,51	2.192.214,51
(-) Depreciação Benfeitorias (a)		(915.021,53)	(474.979,83)



(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso (a)		(195.742,04)	(584.658,58)
<b>TOTAL</b>		<b>1.891.449,58</b>	<b>2.501.755,11</b>

(a) - Conforme CCI 006/2020, do Sicoob Confederação, houve a criação e exclusão de rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, determinado pela Carta Circular 3.941/19, de 22 de março 2019 para registro de ativo imobilizado de uso.

## 12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Intangível	20%	122.344,46	727.717,65
(-) Amortização Acumulada Intangível		(104.889,21)	(685.480,78)
<b>TOTAL</b>		<b>17.455,25</b>	<b>42.236,87</b>

## 13. Relações Interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas, depositadas junto ao SICOOB UNIMAIS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sicoob Centro Leste Paulista	87.830.240,60	84.770.472,68
Sicoob Metropolitana	283.689.578,73	317.548.528,50
Sicoob Mantiqueira	152.376.905,81	68.448.167,64
Sicoob Circuito das Águas	19.377.551,69	-
<b>Total</b>	<b>543.274.276,83</b>	<b>470.767.168,82</b>

## 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias 14.1	604.812,02	-	244.505,80	-
Fiscais e Previdenciárias 14.2	271.821,53	-	99.573,03	-
Diversas 14.3	405.154,24	261.377,82	1.131.587,62	9.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.281.787,79</b>	<b>261.377,82</b>	<b>1.475.666,45</b>	<b>9.200,00</b>

### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	258.824,51	214.455,88
Resultado de Atos com não Associados (a)	345.987,51	30.049,92
<b>TOTAL</b>	<b>604.812,02</b>	<b>244.505,80</b>

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência às filiadas e empregados da central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária, definido art. 50, item 2. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	167.517,68	2.982,90
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.042,63	5.638,80
Impostos e Contribuições sobre Salários	96.527,03	88.704,35
Outros	2.734,19	2.246,98
<b>TOTAL</b>	<b>271.821,53</b>	<b>99.573,03</b>

### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	896,76	-	20.484,21	-
Obrigações de Pagamento nome de Terceiros	1.052,23	-	1.054,24	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	387.992,73	-	426.955,55	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	261.377,82	-	9.200,00
Credores Diversos – País (c)	15.212,52	-	683.093,62	-
<b>TOTAL</b>	<b>405.154,24</b>	<b>261.377,82</b>	<b>1.131.587,62</b>	<b>9.200,00</b>

a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 289.876,36), e outras despesas administrativas (R\$ 98.116,37).

b) Provisão para passivos contingentes, encontra-se assim distribuído:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cível	11.377,82	9.200,00
Outros	250.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>261.377,82</b>	<b>9.200,00</b>

c) O grupo de credores diversos, encontra-se assim distribuído:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pendências a regularizar	-	1.772,00
Crédito filiadas	-	81.321,62
Pagamentos a processar	-	600.000,00
Outros	15.212,52	-
<b>TOTAL</b>	<b>15.212,52</b>	<b>683.093,62</b>

### 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIMAIS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2020**, a Central aumentou seu capital social no montante de **R\$ 12.957.609,12** com recursos provenientes da integralização de capital das filiadas, para adequação do Capital Mínimo Exigido.



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	35.986.671,99	23.029.062,87
Associados	4	3

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### c) Reserva de Expansão

O Fundo de estabilidade e Expansão - FEE, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27/04/2018 e detalhado em reunião ordinária do conselho de administração de 25/08/2018, com objetivo de sustentabilidade econômico-financeira do Sicoob Unimais, bem como dar lastro ao cumprimento de eventuais obrigações inerentes à atividade da Central, a fim de preservar a imagem e assegurar sustentabilidade desse sistema cooperativo, foi destituído conforme Ata da AGE de 14 de dezembro de 2020 e seu recurso de R\$ 2.791.867,25 foi destinado a sobras ou perdas acumuladas.

#### d) Sobras do exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 111.875,38, para FATES, evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra/perda líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra/Perda líquida do exercício	(2.172.115,16)	149.779,32
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(315.937,59)	(18.161,22)
<b>Sobras/Perdas líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>(2.488.052,75)</b>	<b>131.618,10</b>
Destinações estatutárias	-	(19.742,72)
Reserva legal	-	(13.161,81)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	(6.580,91)
Destituição do FEE – Incorporada em Sobras/Perdas	2.791.867,25	-
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>303.814,50</b>	<b>111.875,38</b>

### 17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	83.504,48	40.200,34
Despesas específicas de atos não cooperativos	(8.058,18)	(3.879,34)
Despesas apropriadas proporção das receitas de atos não cooperativos	471,26	(9.585,26)
<b>Resultado operacional</b>	<b>75.917,56</b>	<b>26.735,74</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	407.537,71	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>483.455,27</b>	<b>26.735,74</b>
IR/CSLL	(167.517,68)	(8.574,52)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>315.937,59</b>	<b>18.161,22</b>



## 18. Receitas de operações de crédito, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Rendas De Empréstimos	89.262,62	195.115,80	83.427,74	523.834,24
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.211.993,93	8.167.832,55	7.845.071,11	17.365.522,47
Rendas de Aplicações com TVM	3.788.906,20	5.642.183,46	7.187.315,44	15.079.382,71
<b>TOTAL</b>	<b>7.090.162,75</b>	<b>14.005.131,81</b>	<b>15.115.814,29</b>	<b>32.968.739,42</b>

## 19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Provisões para Operações de Crédito	(60.000,00)	(59.867,72)	6.158,66	295.232,60
<b>TOTAL</b>	<b>(60.000,00)</b>	<b>(59.867,72)</b>	<b>6.158,66</b>	<b>295.232,60</b>

## 20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(27.637,74)	(55.275,48)	(27.637,74)	(53.211,09)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho Adm	(199.745,37)	(409.441,38)	(320.457,08)	(688.094,15)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(413.440,43)	(864.797,92)	(404.875,11)	(918.749,36)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(275.310,33)	(541.714,72)	(275.577,28)	(586.388,95)
Despesas de Pessoal – Proventos	(813.035,17)	(1.456.300,69)	(774.887,64)	(1.942.876,75)
Despesas de Pessoal – Treinamento	-	-	-	(883,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.729.169,04)</b>	<b>(3.327.530,19)</b>	<b>(1.803.434,85)</b>	<b>(4.190.203,30)</b>

## 21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(771,18)	(6.943,68)	(8.597,06)	(36.329,82)
Despesas de Aluguéis	(244.609,35)	(571.016,83)	(281.887,79)	(560.127,58)
Despesas de Comunicações	(88.099,58)	(184.779,45)	(110.328,51)	(308.701,71)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(15.607,00)	(22.372,00)	(27.818,66)	(53.191,33)
Despesas de Material	(97,42)	(2.430,39)	(2.768,49)	(13.052,43)
Despesas de Processamento de Dados	(116.078,61)	(235.663,04)	(138.810,10)	(269.462,20)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(12.603,93)	(23.329,63)	(29.679,33)	(44.796,70)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(64.164,86)	(143.147,02)	(60.890,53)	(213.947,06)
Despesas de Publicações	(2.875,00)	(2.875,00)	-	(1.913,08)
Despesas de Seguros	(12.839,47)	(24.875,96)	(11.718,69)	(22.222,29)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(39.289,01)	(65.970,54)	(13.101,08)	(24.808,98)
Despesas de Serviços de Terceiros	(213.743,87)	(456.973,60)	(137.814,56)	(194.206,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(3.900,00)	(13.356,86)	(3.899,99)	(8.589,33)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(253.721,34)	(388.186,33)	(119.281,95)	(244.164,21)
Despesas de Transporte	-	(5.262,92)	(3.420,53)	(7.858,81)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(114,10)	-	-
Despesas de Viagem no País	(3.645,91)	(29.346,99)	(79.318,08)	(153.993,66)
Despesas de Amortização	(11.539,42)	(27.066,74)	(25.890,87)	(53.635,33)
Despesas de Depreciação	(318.488,78)	(619.876,78)	(304.865,50)	(605.769,55)
Outras Despesas Administrativas	(37.256,27)	(138.462,62)	(81.855,25)	(174.929,52)
Emolumentos judiciais e cartorários	(13.551,84)	(15.174,32)	(2.489,82)	(10.417,15)
Contribuição a OCE	(3.135,00)	(4.952,12)	(2.994,00)	(2.994,00)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	-	-	(29.852,44)	(29.883,61)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.456.017,84)</b>	<b>(2.982.176,92)</b>	<b>(1.477.283,23)</b>	<b>(3.034.994,40)</b>

## 22. Despesas tributárias

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas Tributárias	(27.254,61)	(72.835,24)	(44.624,13)	(85.197,79)
Despesas de Impostos – ISSQN	(4.175,22)	(5.428,45)	(1.506,15)	(2.010,00)
Despesa de Contribuição ao Cofins	(3.340,18)	(4.550,12)	(1.204,92)	(1.608,04)
Despesa de Contribuição ao Pis	(542,78)	(739,39)	(3.794,66)	(10.829,64)
<b>TOTAL</b>	<b>(35.312,79)</b>	<b>(83.553,20)</b>	<b>(51.129,86)</b>	<b>(99.645,47)</b>

### 23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	280.152,13	539.023,54	475.619,81	771.247,85
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	-	130.381,79
Dividendos (a)	-	491.013,10	-	883.851,82
Deduções e abatimentos	1.371,57	1.553,28	-	162,4
Rateio de despesas da central entre filiadas (b)	1.317.937,67	3.878.169,70	1.569.120,18	4.242.025,22
Atualização depósitos judiciais	12.644,25	23.663,26	23.262,36	373.347,31
Outras rendas operacionais (c)	-	-	256.028,71	1.296.131,69
<b>TOTAL</b>	<b>1.612.105,62</b>	<b>4.933.422,88</b>	<b>2.324.031,06</b>	<b>7.697.148,08</b>

a) Referem-se à distribuição de dividendos do BANCOOB e Confederação.

b) Referem-se a rendas com rateio da taxa administrativa da Central para as filiadas.

c) Trata-se de valores de acordos com as cooperativas desfiladas da Central.

### 24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais (a)	(269.764,05)	(269.781,31)	(1.056.794,81)	(1.286.357,93)
Descontos concedidos - operações de crédito	-	-	-	(2.776,68)
<b>TOTAL</b>	<b>(269.764,05)</b>	<b>(269.781,31)</b>	<b>(1.056.794,81)</b>	<b>(1.289.134,61)</b>

a) Variação de 2019 para 2020 refere-se a provisão constituída pela proposta do Conselho de Administração na negociação de valores para Ex-diretor executivo e ressarcimento dos custos decorrentes das obrigações sociais em virtude da desfiliação de singulares, conforme termo de quitação mútua de obrigações assinado por ambas as partes.

### 25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens (a)	299,02	407.537,71
<b>Resultado Líquido</b>	<b>299,02</b>	<b>407.537,71</b>

a) Trata-se do lucro ocorrido na venda de bem não de uso próprio (imóvel), com recebimento à vista.

### 26. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos da mesma. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

#### 26.1 Honorários

Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram apresentados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Honorários Conselho de Administração	(405.100,88)	(525.092,01)
Cédulas de presença Conselho de Administração/Conselho Fiscal	(59.615,98)	(216.213,23)
Gratificações Diretoria	(64.357,91)	(161.747,33)
INSS	(11.055,24)	(1.842,54)
<b>Total</b>	<b>(540.130,01)</b>	<b>(904.895,11)</b>

## **27. Juros ao Capital**

A Central pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e o juros ao capital próprio foi integralizado ao capital social.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 687.448,72, equivalente a 100% da SELIC, conforme deliberado em Ata do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2020.

## **28. Gerenciamento de Risco**

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

### **28.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **28.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **28.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **28.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## 29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	22.256.648,56	21.694.427,27
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	136.977.904,20	166.664.354,49
Índice de basileia - %	15,65%	13,00%
Imobilizado para cálculo do limite	2.238.651,03	2.848.956,56
Índice de imobilização - %	10,05%	13,13%

## 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	11.377,82	-	9.200,00	-
Fiscais	-	1.304.745,42	-	1.281.082,16
Outros (a)	250.000,00	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>261.377,82</b>	<b>1.304.745,42</b>	<b>9.200,00</b>	<b>1.281.082,16</b>

(a) O Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais, instaurou o Processo Sancionador – PE nº 176691 para apurar eventuais irregularidades, ocorridas na Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Unimais, antiga Unicred Central SP, sujeitando os demandados às sanções previstas no artigo 44 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e no artigo 5º da Lei 13.506 de 3.11.2017, além da Sicoob Unimais, figuram como acusados 28 (vinte e oito) pessoas, entre Diretores e Conselheiros.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIMAIS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.276.397,17, sendo R\$ 398.597,47 de tributária e R\$ 877.799,70 de trabalhista.

## 32. Eventos Subsequentes

Após encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração, aprovou a filiações das singulares, sendo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Sicoob Santa - 4499, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Crediacil - 4423 e Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Embraer – Cooperemeb – 4493, totalizando assim 7 cooperativas filiadas.



São Paulo - SP, 26 de fevereiro de 2021.

**MARCIO APARECIDO FAVERO LOPES**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**FLAVIA RUIZ ANDRIAN**  
**CONTADORA CRC 066542/O-2**

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniMais em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 26 de fevereiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1

São Paulo, 04 de março de 2021.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Diretores e Associados da

**COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB  
UNIMAIS - CNPJ Nº 73.085.573/0001-39 – NIRE Nº 354.000.239-37.**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS** relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
2. Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
3. Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 31 de

dezembro de 2020 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados.

4. As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

DocuSigned by:  
*José Luiz Castro de Mello Cesar*  
2FA38EF9211A406  
**Dr. José Luiz Castro de Mello  
Cesar**

**Coordenador do Conselheiro  
Fiscal**

DocuSigned by:  
*Luiz Eduardo Volpato*  
3601B673A8DB4AB...  
**Dr. Luiz Eduardo Volpato**

**Conselheiro Fiscal Efetivo**

DocuSigned by:  
*Paulo Alberto Tavares Almeida*  
FD1370C3BD0C49C...  
**Dr. Paulo Alberto Tavares**

**Conselheiro Fiscal Efetivo**